

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Fica, ministro

A cadeira destinada ao ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, no ato para marcar o 8 de Janeiro no Planalto, ficava ao centro, praticamente em frente ao presidente Lula. Para muitos colegas de governo, foi um sinal de que o presidente não deseja vê-lo fora do cargo.



Se a ideia é tomar conta do Orçamento, então que proponham um plebiscito sobre o parlamentarismo. O que ocorre hoje é uma aberração"

Do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), referindo-se à guerra das emendas que vem por aí, com um grupo de parlamentares interessado em transformar emendas de comissão em individuais e/ou de bancada para garantir a liberação obrigatória

Muito além das redes

Advogado criminalista e especialista em direito constitucional, Vitor Sampaio considera o fim do fact-checking pela Meta "um retrocesso para a moderação de conteúdo e pode ser vertiginosa e fatal, quando já se provou o quanto a mídia social é usada como arma de desinformação".

"Vandalismo social"

Ele calcula que a ausência de mecanismos de checagem termina por enfraquecer a liberdade de expressão. "A proteção da liberdade de expressão é vital. A checagem de fatos pode ser imperfeita, mas sem uma alternativa confiável contra a propagação de fake news, já vimos que o espaço deixado será preenchido pelo descontrole informacional e pela manipulação de narrativas. Isso não fortalece a liberdade, mas a transforma em instrumento de vandalismo social", alertou.

A ordem dos fatores

Nos bastidores do 8 de Janeiro, dois temas tiveram destaque: a reforma ministerial que o presidente Lula pretende empreender e a guerra das emendas, que promete provocar tantos embates quanto a reforma tributária sobre a renda. Ambos os assuntos são cruciais para levar o governo ao terreno das entregas à população, com pompa e visibilidade, a fim de garantir sucesso em 2026. A mudança no ministério é um tema que ainda não está mapeado na cabeça do presidente Lula. A avaliação

geral é de que a dança das cadeiras não sai antes da eleição dos novos presidentes da Câmara e do Senado.



Muitos dizem que Lula precisará saber primeiro como ficará a correlação de forças no Parlamento para definir a cara do governo neste "segundo tempo", expressão usada pelo novo ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira.



CURTIDAS

"Eunice e Rubens presentes"/ Na solenidade do 8 de Janeiro no Planalto, quem obteve destaque foram Chico e Juca Paiva, netos de Eunice Paiva, a viúva do ex-deputado Rubens Paiva, morto nos porões da ditadura militar. Chico, 37 anos, é diretor do Departamento de Descarbonização e Finanças Verdes, da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, do Ministério de Indústria e Comércio. Juca, de 35 anos, trabalha num banco.

Lições em família/ Os dois posaram para fotos e vídeos ao final da solenidade. "Aprendemos com nossa avó que a defesa da democracia e dos direitos humanos é uma luta permanente. E a nunca abaixar a cabeça", conta Chico, emocionado com a instituição do prêmio Eunice Paiva.

Política na veia/ Chico é filiado ao PSB, foi candidato a vereador em 2020 e perdeu. Agora, no governo, ainda não definiu planos eleitorais. Mas quem o conhece garante que virão.

Ed Alves/CB/DA.Press



As agruras de Pacheco/ O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, bem que tenta agradar a todos no Senado. Porém, não consegue fazê-lo com os próprios eleitores. O vídeo publicado nas redes sociais dele, sobre sua luta pela defesa da democracia, rendeu muita insatisfação. Muitos mineiros comentaram que Pacheco está "cavando um ministério com Lula porque não será mais reeleito em Minas". "Vergonha de Minas, pena que não pode devolver meu voto", afirmou uma internauta.

» Entrevista | SOUZA PRUDENTE | DESEMBARGADOR APOSENTADO

Anistia seria inconstitucional

Magistrado ressalta que é impossível perdão aos condenados pelo 8 de Janeiro, mesmo com eventual aprovação de lei pelo Congresso

» JULIANA SOUSA*

O desembargador aposentado Souza Prudente, professor da Escola de Magistratura Federal, enfatizou a gravidade dos atos extremistas de 8 de janeiro de 2023, considerando-os uma tentativa de "destruição do Estado Democrático de Direito" e uma ação "irracional" contra o resultado das urnas.

Souza Prudente destacou o papel fundamental das instituições, como a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, que estão conduzindo as investigações e frisou ser impossível e "inconstitucional" a anistia para os condenados pelo 8 de Janeiro. A seguir, trechos da entrevista às jornalistas Ana Maria Campos e Jaqueline Fonseca no programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília:

Como avalia o que ocorreu em 8 de janeiro de 2023?

Realmente foi registrada uma violência que nos deixou totalmente perplexos diante do que aconteceu ali. O movimento partiu para a destruição dos prédios públicos, como se estivesse com o propósito de mudar o resultado das urnas que elegeram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Algo irracional e de uma estupidez contra o Estado Democrático de Direito.

Que lições podemos tirar desse episódio? Talvez ensinar para os mais jovens a história de ditadura e de tortura do Brasil?

Esses jovens de hoje vivem uma realidade completamente diferente daquela que nós vivemos em 1964. Têm a mente guiada pela influência das fake news

que circulam nas redes sociais. Mesmo assim, tudo isso depende da formação pessoal de cada. Creio que somente um jovem desorientado, sem o mínimo de solidez na sua formação, poderia criticar ou deixar de valorizar um sentimento democrático eficaz.

O senhor acredita que a investigação vai conseguir apontar culpados pelo movimento golpista?

Não tenho dúvidas. Acho que a Polícia Federal e o Ministério Público estão realizando um trabalho magnífico de investigação, analisando provas que são irrefutáveis, para apresentar ao Supremo Tribunal Federal. Um questionamento que costuma surgir é sobre a competência do Supremo para conduzir esses inquéritos. Ora, o que precisamos verificar é quem está à frente desses inquéritos. Sem dúvida, é um dos maiores constitucionalistas que temos no Brasil, que é o ministro Alexandre de Moraes. O trabalho dele na apuração dessas responsabilidades também é magnífico. Essa competência tem que permanecer com o Supremo.

O 8 de Janeiro não nasceu do dia para noite, foi arquitetado e formado nas redes sociais. A Meta anunciou que vai tirar mecanismos para conter a desinformação. Esse movimento pode causar riscos à democracia brasileira?

Acho que não há a mínima chance, até porque acredito que o Ministério Público Federal tem atuado com diligência, muita coragem e determinação nas ações necessárias para combater medidas dessa natureza. Sem dúvida, essas medidas não se inspiram

PEDRO SANTANA / CB



Souza Prudente: "A Polícia Federal e o Ministério Público estão realizando um trabalho magnífico"

nos princípios democráticos que praticamos aqui no Brasil. Acredito que isso deve chegar ao conhecimento formal do Supremo Tribunal Federal para que sejam tomadas as decisões necessárias para inibir medidas dessa natureza. Até porque o Supremo, em um processo relatado pelo ministro Alexandre de Moraes, já demonstrou, com a suspensão da empresa X, que não aceita redes ou empresas que não respeitem as leis brasileiras.

Fala-se muito sobre a anistia para os condenados pelo 8 de Janeiro. Como avalia isso?

A rigor, temos que fazer uma distinção com base no que esta- belece a Constituição. No artigo

5º, inciso XXXVI, está escrito que a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Não será possível jamais cogitar qualquer lei ou emenda à Constituição que contrarie esse dispositivo, exatamente por ser cláusula pétrea o instituto do ato jurídico perfeito e da coisa julgada. O ato jurídico perfeito se refere a uma decisão já transitada em julgado, como, por exemplo, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que determinou a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro até o ano de 2030. Portanto, não há mais o que se cogitar sobre qualquer lei de anistia a favor de Bolsonaro em face dessa decisão. Isso é coisa julgada, imutável, e qualquer

lei ou emenda à Constituição que siga nessa direção será declarada pelo Supremo Tribunal Federal como flagrantemente inconstitucional. No que se refere às situações do 8 de Janeiro, em que algumas pessoas ainda não foram julgadas, talvez, nessa vertente, pudesse ser cogitada uma lei de anistia. Mas isso não seria justo, porque, por conta de uma demora no julgamento de uns, eles ficariam isentos, enquanto outros, já julgados, estariam cumprindo pena. No que se refere a aqueles que já foram julgados, não será possível cogitar qualquer tipo de anistia. Ou seja, mesmo que o Congresso aprove algo nesse sentido, certamente o Supremo vai considerar inconstitucional.

O senhor é autor de uma decisão histórica que permitiu a abertura de arquivos da Guerrilha do Araguaia. Como foi essa determinação?

Essa decisão foi histórica por vários motivos. Em primeiro lugar, esse processo era o mais antigo da Justiça Federal do Brasil, com mais de 25 anos de tramitação. Envolveria os parentes de desaparecidos políticos durante a Guerrilha do Araguaia, que buscavam, por meio dessa ação, obrigar a União a indicar as sepulturas de seus entes queridos para que pudessem ser lavrados os competentes atestados de óbito. Esse processo está agora sendo cumprido após mais de duas décadas, com a exumação dos corpos e a entrega de um relatório oficial do Ministério da Guerra, datado de 5 de janeiro de 1975, sob pena de multa diária. Gostaria de deixar claro que, em ações como essa, voltadas à proteção dos direitos humanos, o que se busca não é apenas uma indenização, mas a garantia de um direito humano fundamental: o resgate e a identificação dos corpos e a obtenção de informações oficiais sobre os desaparecidos.

A ditadura militar tem sido muito debatida nas redes sociais após o filme Ainda estou aqui. O senhor já assistiu o ao filme? O que achou?

Ainda não assisti, mas quero muito ler o primeiro livro. Acho que é uma obra inigualável para registrar a memória de Rubens Paiva, principalmente por ter sido escrita pelo seu filho. Com certeza, também vou assistir ao filme.